

## “plano de segurança para as escolas” do estado de são paulo: o controle eletrônico através das câmeras<sup>1</sup>

*“Security plan for the schools” in the state of São Paulo: the electronic control by camcorder*

Suelen Amanda Rodrigues <sup>a</sup>

<sup>(a)</sup> Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP, Marília, São Paulo – SP, e-mail: suelen\_amanda@yahoo.com.br.

### Resumo

O presente artigo realiza uma análise sobre o uso de câmeras de vigilância nas escolas públicas do Estado de São Paulo. Esta medida integrou-se ao “Plano da Segurança para as Escolas” (PSE) elaborado entre os anos de 2001-2002, nos mandatos dos governadores Mário Covas e Geraldo Alckmin. Neste período, marcado por uma crise na segurança pública e permeado por campanhas eleitorais, o tema da violência tornou-se foco e o PSE apresentou-se como uma suposta medida preventiva contra a criminalidade no ambiente escolar. Fazendo uma discussão teórica inicial, este artigo procura resgatar como ocorreu o processo de implantação desta tecnologia nas escolas públicas, partindo, inclusive, de pesquisa empírica.

**Palavras Chave:** escolas públicas, câmeras de vigilância, violência.

### Abstract

*This article accomplish a analysis about the use of camcorder in the public schools in the State of São Paulo. This attitude integrates at the “Security Plan for The Schools” (PSE), elaborated in between 2001 and 2002, in the Mario Covas’s and Geraldo Alchmin’s governments. In this age, identified for a public security crisis and election campaign, the topic of violence has turned the focus, and the PSE shows as a supposed preventive measures against the criminality in the school place. Making a first theoretical discussion, this paper search to rescue how occurred the process of implantation from this technology in the public schools, beginning yet to a search on the school.*

*Keywords:* public school, camcorder, violence.

<sup>1</sup> Este artigo é parte da pesquisa de iniciação científica intitulada *Escolas Vigiadas: efeitos das câmeras de vigilância no cotidiano escolar – o caso de uma escola pública de Tupã-SP* que foi desenvolvida por Suelen Amanda Rodrigues, sob a orientação de Luís Antônio F. de Souza, Doutor junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia do curso de Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, Marília, SP, com o financiamento da FAPESP durante maio de 2007 a abril de 2008.

## SEGURANÇA PRIVADA

Há tempos o desenvolvimento tecnológico se incorporou ao cotidiano de pessoas comuns, e seus benefícios à humanidade são inquestionáveis. Em que pese seu aspecto utilitário e suas potencialidades em termos de facilitação de acesso a diferentes serviços, a tecnologia sempre vem carregada de efeitos adversos. Em outros termos, essa tecnologia não é utilizada apenas para a diversão ou para ajudar nas atividades diárias, mas, em sua adversidade, influenciam na vida privada e na intimidade das pessoas<sup>2</sup>. As câmeras de vigilância, entre outras formas de controles eletrônicos, tocam no centro dessa discussão. Afinal, a câmera que promove a sensação de segurança é também a câmera que invade a privacidade.

A utilização de sistemas internos de tevês tornou-se muito mais freqüente, pois surge como algo que possibilita manter a segurança pessoal e material numa época de aumento da criminalidade e descrédito das instituições supostamente encarregadas de manter a ordem social e controlar conflitos (CUBAS, 2002). Neste contexto, a violência parece ter adquirido foro de questão pública – pelo menos no que tange a sua visibilidade – e, o aumento da percepção subjetiva do fenômeno tem levado as questões relativas à segurança para o centro das discussões. Observam-se os resultados disso no uso de mecanismos privados por parte dos cidadãos, que pode ser tanto legal (oferecidos por empresas de segurança<sup>3</sup>), como ilegal (como os oferecidos por justiceiros, grupos que controlam determinados bairros, etc.) e, apesar de suas particularidades, ambos possuem algo em comum: o desempenho de funções onde há rarefação da presença do Estado, que em tese, teria o **monopólio do uso legítimo da violência física** (WEBER, 1967).

Weber, em “A Política como Vocação”, diz:

Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência. (WEBER, 1967, p. 56)

---

<sup>2</sup> É importante definir que pela Constituição Brasileira de 1988 fica reconhecido expressamente que *vida privada* e *intimidade* como duas tipificações distintas que integram a categoria dos direitos da personalidade. No artigo 5º, inciso X da Constituição diz: *são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material o moral decorrente de sua violação*. (BRASIL, 2001)

<sup>3</sup> Com a ressalva de que nem todos os meios utilizados pelas empresas privadas são transparentes e que há no Brasil uma ausência de leis que regulem a utilização dos mecanismos de segurança.

E continua,

[...] O Estado consiste em uma relação de *dominação* do homem sobre o homem, fundada no instrumento da violência legítima (isto é, de violência considerada como legítima). O Estado só pode existir, portanto, sob a condição de que os homens dominados se submetam à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores.

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. (WEBER, 1967, pp. 57 e 62)

Assim, na sociedade moderna, não haveria nenhum grupo com o “direito” ao uso da violência como forma para resolver problemas ou conflitos nas relações sociais. Essa idéia weberiana vem sendo questionada por alguns autores, entre eles, David Garland que vê que o monopólio da violência está cada vez mais comprometido na contemporaneidade, pois há um processo de transferência das responsabilidades públicas no controle da criminalidade para as esferas privadas. Diz:

assim, ao invés de confiar nas eventualidades das penas dissuasivas, na incerta capacidade da polícia de prender os bandidos ou na vã esperança de que se possa ensinar o domínio de si aos jovens cidadãos, essa nova abordagem dedica-se a substituir o dinheiro vivo por cartões de crédito, embutir travas nas colunas de direção dos auto-móveis, contratar vigias nos estabelecimentos e colocar circuito internos de televisão nos *shoppings*, coordenar os horários de fechamento de discotecas rivais, oferecer ônibus de madrugada, aconselhar os varejistas sobre segurança, estimular as autoridades locais a coordenar os diferentes organismos que lidam com a criminalidade e, claro, estimular os cidadãos a organizar rondas de quarteirão e outros grupos de autodefesa. Essa nova abordagem não reivindica mais o papel principal no campo do controle da criminalidade. Ela tampouco pretende um recrudescimento da repressão social e do domínio de si. Ao invés disso, ela procura promover um novo estilo de “engenharia situacional”, ali onde a “engenharia social” fracassou.

A relação política entre o cidadão e o governo é cada vez mais substituída por um contrato comercial entre comprador e fornecedor. (GARLAND, 1999, pp. 66-67 e 69).

E completa:

Uma vez que a “segurança” deixa de ser garantida para todos os cidadãos por um estado soberano, ela se torna um produto cuja distribuição está antes

à mercê das forças do mercado do que sendo executada em função das necessidades. Os grupos que mais sofrem a criminalidade tendem a ser os membros mais pobres e menos poderosos da sociedade, que são desprovidos quer de recursos para comprar segurança, quer de flexibilidade para adaptar suas vidas cotidianas e se organizar de forma eficaz contra o crime. Essa disparidade entre ricos e pobres – que coincide com a divisão entre as classes detentoras da propriedade e os grupos sociais que são considerados como uma ameaça para a propriedade – tende a nos arrastar para uma sociedade fortificada, caracterizada pela segregação e o abandono de todo o ideal cívico. (GARLAND, 1999, p. 76).

Cria-se assim, uma indústria cujo mercado é alimentado pelo sentimento de insegurança – fictício ou não – que se espalha entre as pessoas, também devido ao grande sensacionalismo com que os casos de violência são tratados pela mídia, que normalmente frisa a incapacidade dos aparelhos de Estado em combaterem a criminalidade. Forja-se a idéia do estado hobbesiano da guerra de todos contra todos. A possível solução desse impasse é buscada individualmente na medida em que não se é possível confiar no Estado para conter o pânico causado pelo crime violento. Ter segurança ou sentir-se seguro, passa a ficar nas mãos de quem pode pagar por ela, ou seja, o propósito para uma vida segura é visto como um problema pessoal, não necessariamente atrelado ao poder público. Bauman escreve:

As elites *escolheram* o isolamento e pagam por ele prodigamente e *de boa vontade*. O resto da população *se vê* afastado e *forçado* a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político do seu novo isolamento. Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada uma questão de opção e de pagar os custos de sua segurança estão na ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos; são pura e simplesmente postos para “fora da cerca” sem que se pergunte a sua opinião, têm acesso barrado aos “comuns” de ontem, são presos, desviados e levam um choque curto e grosso quando perambulam às tontas fora dos seus limites, sem notar os sinais indicadores de “propriedade privada” ou sem perceber o significado de indicações não verbalizadas mas nem por isso menos decididas de “não ultrapasse”. (BAUMAN, 1999, p. 29)

Frédéric Ocqueteau (1997) caracteriza segurança privada em três aspectos: primeiro, este setor age sob o modo de mandato ou contrato, “fornece pessoal (guardas...) e equipamentos de proteção (perímetro, volumétrico), procedimentos de gestão de riscos (*risk management*), através do jargão profissional chama corrente de segurança” (OCQUETEAU, 1997, p. 186). Segundo, possui o objetivo de prevenir riscos de perdas de seus clientes,

O conjunto dessas atividades de proteção visa, não a erradicar totalmente os riscos, mas a diminuir e prevenir a frequência de perdas. Estas são ocasionadas por acidentes, por erros e por negligências humanas e técnicas,

enfim, por comportamentos incivis, de má fé ou criminosos (OCQUETEAU, 1997, p. 186).

O terceiro aspecto apontado por Ocqueteau é o seu funcionamento semi-autônomo,

Caracterizado principalmente por sua orientação para o lucro, obedece em suas grandes linhas às leis do mercado da oferta e da procura, numa relação de natureza privatista, o contrato de compra ou de serviço ligando um prestador de serviços e um cliente (OCQUETEAU, 1997, p. 186).

Essas empresas ainda devem oferecer aos consumidores a sensação de que a justiça foi aplicada de forma rápida e sem inconvenientes.

A segurança privada articula vários mecanismos que transforma o espaço criando um novo tipo de segregação espacial. A utilização desses mecanismos – que Teresa Caldeira (2000) denominou de **enclaves fortificados** (CALDEIRA, 2000)<sup>4</sup> – estão presentes em locais abertos e fechados, privados e públicos, contribuindo para a fragmentação das cidades, valorização das desigualdades e incentivo a preconceitos em relação a determinados grupos sociais (CALDEIRA, 2000).<sup>5</sup> Aryeverton Oliveira caracteriza:

Serviços de segurança privada incluem, de maneira geral, instalações e barreiras físicas, equipamentos e recursos humanos para a defesa do patrimônio e dos interesses de proprietários, seguindo as normas e procedimentos por eles estabelecidos e dentro dos limites de seu direito de propriedade. Um sistema de segurança privadamente organizado tem por funcionalidade restringir, controlar e monitorar acessos a pessoas e patrimônios, em possível conexão com o sistema público que, com legitimidade, pode empregar a força no aprisionamento e perseguição de agressores de propriedade e indivíduo.

As barreiras físicas geralmente são os principais responsáveis pelo impedimento de acesso à propriedades, podendo ser sua eficácia aumentada com sistemas eletrônicos de detecção de invasores e com emprego de vigilantes (OLIVEIRA, 2004, pp. 06 - 07).

Estabelecidas barreiras físicas, há o controle de pontos de acesso e monitoramento de fluxos de pessoas. Estabelecimentos bancários, *shopping centers*, supermercados e parques são exemplo de locais onde a restrição de acesso perde espaço para as funções de monitoramento

---

<sup>4</sup> Os enclaves fortificados constituem uma nova maneira de “organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica [...]”, “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados, monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais”. (CALDEIRA, 2000, p. 255 e p. 12, respectivamente).

<sup>5</sup> “A arquitetura – tanto social quanto espacial – é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

e controle, dadas as interações necessárias com o público. Dentre os variados meios utilizados para se proteger, o uso de câmeras em circuito fechado é um dos mais utilizados, encontrando-se por toda parte sob a justificativa de controle da ordem e segurança. Segundo Souza:

Circuitos internos de TV monitoram a circulação de indivíduos em espaços privados mas que são de uso público como lojas, shopping-centers. Os funcionários de segurança destes espaços, muitas vezes, interrogam, revistam ou mesmo detém “suspeitos”. Os funcionários de bancos e operários de fábricas também são submetidos a todo um renovado sistema de controle de produtividade mas que também é utilizado para o controle de sua circulação no interior das corporações. Universidade, escolas primárias, fóruns, penitenciárias, unidades de recolhimento de jovens, tribunais de justiça, postos de saúde, hospitais, sanatórios, praças, edifícios públicos, cruzamentos de ruas, postos de fiscalização aduaneira, portarias de edifícios residenciais e comerciais, supermercados, drogarias, pontos de ônibus, estações de metrô, terminais rodoviários, aeroportos, praias, condomínios fechados, museus e bibliotecas, e, em alguns casos, cidades inteiras estão sob vigilância eletrônica constante e o processo tende a se estender a todo o corpo social. (SOUZA, 1991, p. 61).

Interessante observar que essas medidas estão presentes no ambiente escolar. Países como nos Estados Unidos – pioneiro na adoção de mecanismos de segurança nas escolas – concebem a segurança em primeiro lugar e em segundo a educação (LUCAS, 1997). Peter Lucas (1997), narrando sua experiência enquanto pesquisador no Brooklyn - New York, mostra como os prédios de ensino estão sobrecarregados com o uso de grades, cadeados, trancas eletromagnéticas, detectores de metal e *scanning* para revistar as mochilas dos alunos. Ou seja, sem segurança não há educação nos Estados Unidos. Outro pesquisador americano diz sobre o mercado americano da segurança escolar:

Hoje, a segurança escolar se transformou num importante produto comercial, nos Estados Unidos. Se as firmas de detecção de metais e de circuitos fechados de televisão e câmeras de vigilância ainda estão no topo da cultura escolar, muitos setores empresariais vêm rapidamente transpondo o hiato dos lucros. Aparelhos de raio-X para inspecionar mochilas, walkie-talkies para os guardas de segurança, sistemas sofisticados de alarme de incêndio para escolas, dotados de trancas magnéticas nas portas, cujo objetivo é manter os intrusos do lado e fora e os alunos do lado de dentro, são apenas alguns dos equipamentos mais comuns que os administradores preocupados têm hoje a seu dispor. O “Programa Escolas Livres de Violência e de Drogas”, do Departamento de Educação dos Estados Unidos, liberou uma verba de 566 milhões de dólares para programas de segurança escolar, apenas para o ano de 1999. Essas verbas são destinadas a programas de prevenção da violência e do uso de drogas, a programas de resolução de conflitos e também a uma

grande variedade de produtos de software e hardware. (DEVINE, 2002, pp. 215-216)

Diverso do que ocorre nos Estados Unidos, muitos desses mecanismos estão sendo utilizados nas escolas de todo o Brasil. Os aparelhos de vigilância possibilitam manter a segurança pessoal e, nas escolas, pretendem adicionalmente combater a violência interpessoal, os crimes, o vandalismo. Neste artigo, realizamos uma análise do Plano de Segurança para as Escolas do Estado de São Paulo, tomando como material as reportagens publicadas no Jornal *Folha de S.Paulo* e informações coletadas no trabalho de campo realizado em escolas da cidade de Tupã, interior do Estado.

## O PROBLEMA DA SEGURANÇA ESCOLAR

Ao assumir o cargo de governador do Estado de São Paulo em janeiro de 2001, quando a saúde de Mário Covas o debilitou e o levou a morte, Geraldo Alckmin (PSDB) lança um plano de segurança destinado às escolas públicas. Na ocasião, o plano destinava-se a atender as escolas estaduais de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e as do ensino médio que receberiam equipamentos de segurança como alarmes e câmeras, e, durante o ano de 2002, somou-se a esta pasta novas medidas que visavam à melhoria da segurança do corpo escolar. Este intuito de reforçar a segurança cada vez mais reclamada, e noticiada constantemente pela mídia, deve-se em parte a um certo furor que o tiroteio na Santana High School no subúrbio de San Diego, Estados Unidos, causou. Neste trágico acontecimento, um adolescente de 15 anos que sofria insultos na escola feriu quatorze pessoas e matou dois estudantes (REUTERS, 2001) tendo sido inspirado no evento da Columbine High School, ocorrido em 1999 na comunidade de Littleton, subúrbio de Denver no Colorado, Estados Unidos<sup>6</sup>. Esse fato parece ter sido a válvula de escape para que “o terror” presente nas escolas de todo o Brasil virasse notícia. Tráfico de drogas, violência física, roubo, depredação dos prédios escolares, etc, parecia assolar todas as escolas estaduais e tornava o plano justificado. Brunetta escreve:

Para além do horizonte definido pelos números está a mídia que, nos últimos anos, de forma quase ininterrupta e bastante intensiva, tem se dedicado a registrar a situação de violência que aflige as escolas, fazendo com que a impressão do público sobre essa condição seja de temor, corroborando a intensificação do sentimento de autodefesa que contribui para garantir

---

<sup>6</sup> Em 20 de abril de 1999, Eric Harris e Dylan Klebold, com 18 e 17 anos respectivamente, entraram armados no colégio e mataram 12 estudantes e um professor antes de se suicidarem.

anseios pela maior aplicação de força na contenção desses casos. (BRUNETTA, 2006, p. 22)

Cabe dizer que o ano de 2001 foi diverso em vários sentidos, lembrando o atentado de 11 de setembro, que apesar de não ter ligação direta com o Plano para as escolas, foi um divisor de águas para a questão “segurança” e à questão da “ameaça de risco”. Outro acontecimento que marcou o ano de 2001 e jogou luz nos debates e na opinião pública foi à crise do sistema penitenciário do Estado de São Paulo que resultou na mega-rebelião promovida simultaneamente em diversos estabelecimentos prisionais organizada pelo PCC (facção criminosa denominada de Primeiro Comando da Capital). Na mesma direção o ano de 2002, marcado pelos casos de seqüestros<sup>7</sup>, representou o ápice da crise na segurança pública neste Estado.

A cobertura dada pela mídia nestes dois anos retomou discussões como propostas de maior investimento e reforma das políticas de segurança pública, criação de delegacias especializadas, aumento de efetivo policial, compra de equipamentos, entre outras medidas relacionadas ao combate da criminalidade. Este foi o contexto que permeou o Plano de Segurança para as Escolas (PSE), mas não apenas, pois ele também aparece intimamente ligado ao período das eleições no qual o país passou no ano de 2002, posto que o tema da segurança dominou o debate eleitoral.

### **O PLANO DE SEGURANÇA PARA AS ESCOLAS (PSE)**

É sabido que as escolas, que nos últimos anos enfrentam vários acontecimentos violentos, além de serem lugares de atos de vandalismos como pichações e depredações de seu patrimônio, ajustam-se às diversas formas de negociação e de controle da violência. Em muitos casos a percepção sobre o fenômeno da violência é tal que todas as relações estabelecidas no ambiente escolar são afetadas na implementação de políticas públicas. Em geral, pretende-se isolar o cotidiano escolar dos problemas do entorno, e isso pode afetar as relações sociais, a visão que os alunos têm da escola e a própria idéia que têm a respeito dos perigos da cidade e da disseminação da violência (CARDIA, 1997).

O PSE, como dito anteriormente, foi elaborado em 2001 e teve acrescentado em sua pasta durante o primeiro semestre de 2002 novas medidas consideradas necessárias ao controle da criminalidade e violência escolar. Ele consiste numa parceria entre a Secretaria da Educação

---

<sup>7</sup> Seqüestros como o caso da filha do apresentador Silvio Santos, do publicitário Washington Olivetto e do prefeito de Santo André, Celso Daniel, que acabou morrendo em 20 de janeiro de 2002 (S.PAULO, 2002).



do Estado de São Paulo (Secretário Gabriel Chalita, sucessor de Rose Neubauer) com a Secretaria de Segurança Pública (Secretário Saulo de Castro Abreu Filho), possuindo uma diversidade de elementos na sua base, como o **Plano de Capacitação dos Professores**, que constitui em teleconferências com os professores de todo o Estado para buscar um aprimoramento das ações no trato com os adolescentes. Outro item, denominado **Temas Transversais** formula discussões pautando-se no princípio da educação para formar cidadãos e prepará-los para o mercado de trabalho. Inclui também a criação de um centro (**Centro de Referência de Atendimento ao Professor**) no qual, especialistas darão plantão para tirar dúvidas dos professores, respondendo a questões via *e-mail* sobre como se dirigir a um aluno que usa drogas, ou que está alcoolizado, por exemplo. Uma outra medida é o programa **Espaço da Juventude** que previa o pagamento de bolsas aos alunos para recuperar espaços degradados dentro das escolas. Além disso, o PSE prevê o incentivo e financiamento de viagens e passeios culturais, como idas a teatros, cinemas e outros espaços (no item **Desenvolvimento de Atividades Culturais**). Paralelo era previsto uma **parceria com as prefeituras**, solicitando um levantamento dos principais problemas localizados no interior das escolas.

As demais medidas incluem a **infra-estrutura das escolas**, como a aquisição de **câmeras e alarmes**. Havia também o projeto piloto de **identificação dos alunos**, com a implantação de catracas e cartões magnéticos que permitiriam a entrada e saída dos alunos, além de terminais para se checar as notas e faltas. Uma outra possibilidade era a de colocação de **detectores de metais**<sup>8</sup> (medida não realizada devido ao alto custo do equipamento) e revistar alunos, conforme admitida pelo secretário da Segurança Pública Saulo de Castro Abreu Filho, sendo este último item o mais criticado das medidas previstas pelo plano, no tocante aos direitos previstos no “Estatuto da Criança e Adolescente” (ECA). Por fim, o PSE previa a **admissão de 2000** (dois mil) **agentes de organização**, ou seja, a contratação com emergência de vigias sem a realização de concurso público. Os vigias seriam escolhidos pela própria comunidade (indicados pelas Associações de Pais e Mestres) com o salário de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais), e trabalhariam com sistema de rádio comunicação com a Polícia Civil. Incluía-se também a construção de **zeladorias** e a ocupação das que estavam vazias, além da compra de **carros para a ronda escolar**.

---

<sup>8</sup> O teste piloto com detectores de metais foi realizado em escolas do Capão Redondo (Zona Sul de São Paulo) entre os dias 13 e 17 de maio de 2002 e segundo informações obtidas pelo jornal, a medida não foi viável devido à demora na revista de todos os alunos.

Segundo a matéria *Plano de Segurança para as Escolas é anunciado em São Paulo*, (ONLINE, 2002) o valor destinado a cada item do Plano seria: Plano de Capacitação dos Professores terá o investimento de R\$10 milhões; Temas Transversais, investimento de R\$1 milhão; Centro de Referência de Atendimento ao Professor, investimento de R\$1 milhão; Desenvolvimento de Atividades Culturais serão aplicados R\$7 milhões; Espaço da Juventude, investimento de R\$3 milhões; Infra-estrutura da Escola, serão aplicados R\$31 milhões; Admissão de dois mil agente de organização (vigias e zeladores), investimento de R\$ 6 milhões, e Identificação dos alunos, investimento de R\$3 milhões.

### **As câmeras de monitoramento na escola: um controle eletrônico?**

Entre os anos de 2001 e 2002 cerca de duas mil escolas do Estado receberam a instalação de câmeras de vigilância<sup>9</sup>. Na sala da Direção das escolas que receberam tal equipamento, instalaram um terminal no qual as imagens captadas pelas câmeras eram transmitidas. “A televisão permanecia ligada o tempo todo”, lembra uma funcionária que ainda diz:

*Era ruim, porque a X [Diretora da escola] às vezes me chamava e dizia: “Tá vendo aqueles alunos? O que eles estão fazendo fora da sala? Vai lá ver Y” [nome da entrevistada]. Eu tinha que largar o que estava fazendo para ir atrás dos alunos. Ora, faltava funcionários na escola, e ainda falta, a gente fica sobrecarregado e ainda levava bronca porque tinha aluno no pátio. (fem. sic).*

A fala desta funcionária aponta que a direção utilizava as imagens das câmeras para controlar os alunos, coagindo os funcionários. Desta forma havia um controle da atividade dos alunos e da dos funcionários. As câmeras proporcionaram um controle maior das atividades, o que nos faz suscitar as análises de Foucault, que escreve

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropria ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas e móveis, inúteis de corpo e forças para uma multiplicidade de elementos

---

<sup>9</sup> Cabe dizer que essa medida iniciada durante o governo de Alckmin continua a ser implantada como um método de prevenir a violência, por exemplo, o prefeito de São Paulo Gilberto Kassab anunciou que as Emefs (Escolas Municipais de Ensino Fundamental) terão câmeras de vigilância (Cf: DO AGORA, 2007), ou mesmo o Plano de Metas da Secretaria da Educação de São Paulo que pretende, até 2010 instalar câmeras nas escolas que ainda não possuem este recurso (PLANO DE METAS, 2007).

individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. *A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.* (FOUCAULT, 2006, p. 143 )

No tocante a qualidade dos equipamentos instalados cabe uma observação. As câmeras de monitoramento operam nas seguintes instâncias: primeiro, a **preventiva**, no qual se espera que as infrações sejam evitadas devido ao receio de serem identificados; segundo, a **repressiva**, quando o monitoramento é acompanhado em tempo real o que permite a intervenção imediata e por último, a **prova** do cometido delito quando as câmeras possuem a função de gravar, sendo essa utilizada no inquérito quando o caso. Desta forma, a eficiência destes equipamentos está associada à permanência de equipes de vigilantes. Apesar de reconhecer que há casos em que a escola vive extrema conturbação social, na maioria dos casos a preocupação dominante não é a segurança, mas questões mais prosaicas como carteiras para todos os alunos, concertos de vidros quebrados, bebedouros, telhas quebradas, etc. Estes fatores acertados, com certeza diminuiriam até mesmo atos de vandalismos que os próprios alunos podem realizar.

Nas escolas estaduais paulistas, as câmeras utilizadas, tipo VHS, possuíam baixa qualidade a ponto de ser difícil identificar o que se via<sup>10</sup>. Elas ainda não gravavam as imagens<sup>11</sup>, o que coloca uma questão a ser pensada: caso acontecesse algo errado, como um roubo, só se poderia tomar alguma medida se, no momento do incidente houvesse alguém assistindo às filmagens, e desta forma flagrar o ocorrido, caso contrário, a presença das câmeras não cumpriria sua suposta função de manter a segurança. Para tanto haveria a necessidade de se ter alguém observando as câmeras o tempo todo. Pode-se então colocar o seguinte problema: contra quem a escola utiliza as câmeras para se proteger? Ou em outras palavras, qual o objetivo real das câmeras nas escolas, se estas não denunciariam possíveis agressores

---

<sup>10</sup> Segundo Kanashiro (2006, p. 43): “Nas feiras e exposições de segurança eletrônica, o sistema analógico (VHS) praticamente inexistente e os produtos mais vendidos são variações do sistema digital. Nesse segundo caso, a interferência humana pode ser menor, pois a transmissão das imagens, as gravações e o controle de sensores de alarmes são funções integradas por um *software*, monitoradas e controladas por computador. Isso permite, por exemplo, o controle de diversos locais ao mesmo tempo, cada um em diversos ângulos, pois mesmo que também sejam fixadas em pontos considerados estratégicos, em muitos casos, as câmeras são rotativas, podendo girar até 360 graus. Em ambos os casos, o alcance das câmeras nesse sistema varia bastante, sendo o mais comum a distância de duzentos e cinquenta metros, mas podem chegar a até três quilômetros”.

<sup>11</sup> Não há no Brasil disposições legais que regularizem a utilização de câmeras em espaços públicos ou em espaços privados de uso público, e que a implantação desta tecnologia gera discussões no que tange ao direito a vida privada e intimidade garantidos pela Constituição Brasileira e reforçados no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Assim, o uso de tal dispositivo, com a função de gravar, poderia trazer problemas jurídicos já que as escolas possuem em sua maioria alunos menores de idade, além de ser um gasto a mais no orçamento escolar, pois haveria a necessidade de se comprar fitas, etc.

externos? Na verdade, as câmeras de vigilância se mostraram ineficazes, pois a simples instalação do equipamento não basta para prever a segurança desejada. Além disso, apesar da sensação de segurança que estes mecanismos supostamente produzem, não há garantias de que eles de fato atuam no controle da criminalidade. E sua utilização cada vez mais freqüente pela sociedade nos faz questionar sobre seus efeitos.

As organizações educacionais são extremamente burocráticas, neste sentido as câmeras de segurança possuem um papel singular dentro da escola. Deve-se entretanto fazer uma pequena observação: apesar de ser comum a idéia da existência de um poder central hierárquico para todo o corpo social, centrado na figura do Estado, a análise de Michel Foucault possibilita pensar o poder de outra forma, o poder vivo no próprio tecido social:

É evidente que, em um dispositivo como o exército ou uma oficina, ou um outro tipo de instituição, a rede do poder possui uma forma piramidal. Existe portanto um ápice; mas, mesmo em um caso tão simples como este, este “ápice” não é a “fonte” ou o “princípio” de onde o poder derivaria como um foco luminoso (esta é a imagem que a monarquia faz dela própria). O ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em uma relação de apoio e de condicionamento recíprocos; eles se “sustentam” (o poder, “chantagem” mútua e indefinida). (FOUCAULT, 2001, p. 221)

Parece-me que se deve compreender o poder primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. A condição de possibilidade do poder, em todo caso, o ponto de vista que permite tornar seu exercício inteligível até em seus efeitos mais “periféricos” e, também, enseja empregar seus mecanismos como chave de inteligibilidade do campo social, não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis. (FOUCAULT, 1988, pp. 88-89).

Na verdade, a proposta de Foucault recusa a pensar o poder apenas em seu aspecto de dominação de indivíduos e grupos sobre outros, etc. Diz:

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade (FOUCAULT, 2006, p. 161).

O sistema administrativo educacional é burocrático e hierarquizado; nesta hierarquia há desde o Secretário da Educação passando pelos Delegados de Ensino, Diretores, Professores, até Inspetores, etc. cada um com um grau de autoridade e responsabilidade dentro de sua área de atuação. Esta divisão do trabalho é metódica e disciplinadamente conduzida para os fins visados e é o meio mais racional na realização de controle sobre os seres humanos (Cf: WEBER, 1978). Segundo a análise de Max Weber, em sua forma moderna, baseada na razão e no direito, a burocracia emerge como capitalismo avançado e com o surgimento do Estado moderno que possui tendência a gerar continuamente novas organizações burocráticas.

As câmeras tinham a necessidade de se ter alguém observando para desta forma atingir a sua eficácia, mas todas as pessoas já possuíam funções sobrecarregadas devido à falta de funcionários, e com o passar do tempo as câmeras foram desligadas. Ademais, em nenhum momento, tanto na fundamentação do projeto de instalação quanto em sua prática, as câmeras possuíam o objetivo de proteger a comunidade escolar de um agressor externo, mas, pelo contrário, possuíam a intenção de controlar os conflitos internos da própria escola e proteger o patrimônio, com o pressuposto de que os criminosos fossem os próprios alunos.

Assim, apesar de ter ocorrido certo incômodo com relação às câmeras no ambiente escolar, este se manifestou por pouco tempo, pois como a qualidade dos equipamentos instalados nas escolas era baixa não era possível identificar com clareza os infratores (quando estes existiam). Uma funcionária contou que no ano em que as câmeras foram instaladas, roubaram as latinhas de alumínio que a escola arrecada para conseguir comprar itens que lhe faltam (como bebedouros, materiais pedagógicos etc). As latinhas eram guardadas numa sala próxima ao pátio onde havia a instalação de duas câmeras, o que de nada adiantou para a identificação dos ladrões, pois, mesmo tendo ocorrido no horário de aula, não se flagrou o ocorrido já que no momento não havia ninguém assistindo as filmagens. Na ocasião, recorda a funcionária, que se indagara sobre as câmeras, descobriu-se que estas não gravavam. Ela lembra que alguns alunos também perguntaram sobre as filmagens, mas que a direção alegou que essas estavam ruins e que não se podia identificar quem havia cometido o ato.

A mesma história aparece numa entrevista com um aluno que diz:

*“As câmeras não funcionam não... Uma vez roubaram as latinhas e não se pegou quem foi. Se elas funcionassem isso não teria acontecido, e nem outras coisas também”.* (masc. Aluno)

Para a funcionária, um dos motivos para ter ocorrido o furto, foi o fato de não haver alarmes na sala já que a eficácia das câmeras é questionável. Ela ainda disse ser difícil cuidar da escola, uma vez que faltam funcionários, e todos estavam sobrecarregados em suas funções, dificultando na segurança do prédio escolar. Ainda para a maioria dos funcionários entrevistados, se as câmeras funcionassem seriam um apoio ao serviço que se deveria realizar na escola, pois apenas um funcionário poderia cuidar da inspeção observando as filmagens, enquanto outros se ocupariam de serviços como a limpeza, etc. Os alunos acreditavam que as câmeras teriam uma função positiva na escola se fossem capazes de identificar e punir tipos de preconceitos existentes na escola. Na verdade, gostariam que as câmeras assumissem um papel para o qual não foram pensadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa de campo realizado na cidade de Tupã-SP, pude concluir que de fato as câmeras na escola tinham menos a função de proteger contra um elemento/agressor externo, ou garantir a segurança do corpo escolar do que de inibir os alunos. Fato comprovado por dois motivos intrinsecamente ligados: a) as câmeras eram escandalosamente ineficazes em sua função de filmagem e armazenamento, posto que não gravavam e possuíam péssima qualidade de vídeo; e b) fora arquitetada, segundo o Plano de Segurança para as Escolas, para proteger os membros da escola, e no entanto se previu inclusive revista a alunos e detectores de metais – portanto, explicitando que, segundo essa concepção, o próprio aluno era o agressor contra a propriedade patrimonial da escola.

A pesquisa ainda revelou que os gastos com esses equipamentos foram desnecessários – se pensados em seu planejamento original pelo Estado. O que nos causa a impressão de que as câmeras nunca foram pensadas como algo que deveria funcionar, noutras palavras, parece que havia a necessidade de se mostrar que algo estava sendo feito para a segurança escolar. De tal modo que se elaborou um pacote sem levar em conta as reais necessidades das escolas. Sabe-se que há de fato problemas graves de violências em diversas escolas no país. Mas as câmeras resolveriam esses problemas? O que a escola poderia fazer com o dinheiro que foi gasto com as câmeras? A pesquisa revelou que as escolas, com escassez de recursos básicos – comprovado na intenção de adquirir verba não-oficial, como das latas de alumínio para compras de materiais didáticos e de instalações básicas – sofreu uma privação dos recursos da pasta da Educação, como priorizar a compra de câmeras em detrimento de materiais didáticos, ou, ainda mais comprometedor, com a transferência indevida da verba para a Segurança,

como evidenciou-se na idéia de compras de viaturas para a Polícia Militar com a verba da Educação.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmund. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

BRASIL. *Constituição Federal, Código Comercial, Código Tributário Nacional*. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001 (RT – mini-códigos).

BRUNETTA, Antonio Alberto. **Autoridade policial na escola**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34 /Edusp, 2000.

CARDIA, N. A violência urbana e a escola. In: GUIMARÃES, El; PAIVA, E (orgs.). **Violência e Vida Escolar**. Contemporaneidade e Educação: Revista Semestral de Ciências Sociais e Educação. Ano II, n. 2, 1997, p. 26-69.

CUBAS, Viviane de Oliveira. **A Expansão das Empresas de Segurança Privada em São Paulo**. 2002, 175 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DEVINE, John. A mercantilização da violência escolar. In: DEBARBIEUX, É; BLAYA, C. (orgs.). **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002, 207-223.

DO AGORA. Prefeitura anuncia 309 escolas que terão câmeras de vigilância. *Folha de S.Paulo*: São Paulo, Cotidiano, 16 de outubro de 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I : a vontade de saber**. 12º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. O olho do poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001, p. 209-227.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**. 31º ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso Britânico. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba/ PR, n. 13, p. 58-80, 1999.

KANASHIRO, M. M. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006, p.123. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 20/01/2006.

LUCAS, Peter. Pequeno relato sobre a cultura da violência no sistema escolar publica em Nova York. In: GUIMARÃES, E; PAIVA, E (orgs.). **Violência e Vida Escolar**.

Contemporaneidade e Educação: Revista Semestral de Ciências Sociais e Educação. Ano II, n. 2, 1997 p. 70-95.

OCQUETEAU, Frédéric. A expansão da segurança privada na França. Privatização submissa da ação policial ou melhor gestão da segurança? Tempo Social, **Revista Sociol.** USP, São Paulo, v. 9, n. , p. 185-195, maio de 1997.

ONLINE, Folha. Plano de segurança para as escolas é anunciado em São Paulo. *Folha Online*, 07 de maio de 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u9092.shtml>> Acesso em 10 de out. de 2002.

OLIVEIRA, Aryeverton F. de. **Empresas de vigilância no sistema de prestação de serviços de segurança patrimonial privada**: uma avaliação da estrutura de governança. 2004. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Piracicaba, novembro de 2004.

PLANO DE METAS. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/>> Acesso 10 de setembro de 2007.

REUTERS. Adolescente de 15 anos que atirou em colegas era insultado por colegas. **Folha Online**, 05 de março de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u21052.shtml>>, Acesso em: 15 de setembro de 2006.

S.PAULO, Folha de. Governo lança 3º pacote em 2 anos. São Paulo: *Folha de S.Paulo*, Cotidiano, 22 de janeiro de 2002.

SOUZA, L.A. F. de. Tendências atuais nas áreas de segurança pública e de polícia: revisitar Foucault ou uma nova sociedade do controle? **Cadernos da FFC**. Marília, v.9, n.1, p. 59-80 1991.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. 2º ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção tipo ideal. **Sociologia e Burocracia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.